

# A AUTORIA E SEUS DESDOBRAMENTOS: UMA LEITURA DE FOUCAULT E A ANÁLISE DO DOSSIÊ MST NA ESCOLA

Luciana Vedovato<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo discutir questões de interpretação e autoria, tendo como base teórica a discussão foucaultiana contida em *O que é um autor* (2013). Para tanto, observaremos como são delineadas, no referido texto, a questão do autor e autoria, tomando o primeiro como posição-sujeito a ser ocupada e a segunda os meios de organizar os saberes a fim de compor os efeitos de sentido dentro de uma determinada Formação Discursiva. Para exemplificar nossa leitura, tomaremos como materialidade analítica o *Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1999-2001* (2005) que contém os parâmetros para a educação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e foi escrito de forma coletiva por militantes do movimento.

**Palavras-chave:** Autor; Sujeito; Autoria; MST; Discurso;

**Abstract:** This paper aims to discuss issues of interpretation and authorship, with the theoretical basis Foucault's discussion contained in *What is an Author?* (2013). For this, we look at how are outlined in this text, the issue of author and authorship, taking the first as position to be occupied and the second as means of organizing knowledge to compose the effects of meaning within a certain Discursive Formation. To exemplify our reading, we will take as an analytical materiality *Dossier MST School: documents and studies 1999-2001* (2005) that contains the parameters for the education of the Landless Workers Movement and was written collectively by militants of Movement.

**Keywords:** Author; Subject; Authorship; MST; Discourse;

## Introdução

Ao iniciar a disciplina *Interpretação e Autoria* não é possível suspeitar o inesperado mundo que se abrirá para refletirmos as questões de leitura, de sujeito e de texto e interpretação. Temos então a impressão de que, em nossa trajetória dentro da Análise do Discurso, começa a fazer um sentido (ou efeito de) insuspeitável: de que a instabilidade é a certeza que nos move, pois se a história é multifacetada, também são as formas de controle, de disciplinarização, de silenciamento.

Assim, nos tornamos arqueólogos – para emprestar o termo de Foucault (2009) – buscando sinais dentro de um texto heterogêneo que não necessariamente materializa um discurso, acontecimentos históricos, fios, nós que possam sustentar nossas interpretações. Mas ao fazemos tais movimentos, também não nos colocamos nesse lugar de autoria, de autor? Já não

---

<sup>1</sup> Professora do departamento de Linguística da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste e doutoranda do programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

estamos também tentando encontrar formas de controlar o que será interpretado? Já não estamos atravessados por valores ideológicos de nossas Formações Discursivas?

E para tentar refletir sobre essas questões o trabalho abaixo é a proposição de leitura do texto *O que é um autor* de Foucault (2013) e uma análise do *Dossiê MST na escola: documentos e estudos 1990-2001*. O documento em questão diz respeito a uma série de discussões mantidas dentro do Movimento dos Trabalhadores sem Terra com intuito de traçar diretrizes para a educação – considerando as especificidades como a militância dos envolvidos, a presença da mística. O documento também apresenta um resgate histórico de como ocorreu a luta pela educação.

Dessa maneira o trabalho será dividido, como já dissemos, na leitura do texto de Foucault e na análise do documento; entretanto, para a análise, desdobraremos nossas reflexões teóricas para além do texto foucaultiano. Utilizaremos, também, os textos de Orlandi (1996), Pêcheux (2010) e as discussões na disciplina de *Intepretação e Autoria* ministrada pela professora Solange Mittmann, para o Programa de Pós-graduação em Letras, linha Estudos do texto e do Discurso, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no segundo semestre de 2013.

### **O que é um autor?**

O capítulo assim intitulado no livro *Ditos e Escritos III: Estética, Literatura e Pintura, música e Cinema* de Foucault (2013) nos apresenta a inquietação que paira sobre a figura do autor e materializa a questão da coletividade em termos de autoria, pois ao propor a questão em uma conferência, de forma ainda experimental, o próprio Foucault lança mão do recurso da interpretação como constitutiva no processo de formação dos sentidos – ou efeitos de.

A proposição feita, durante a conferência na Universidade de Búfalo, em 1970, traz à tona a problemática do autor em um contexto filosófico e, para tanto, Foucault trabalhará com quatro pontos norteadores, desencadeado pela questão *que importa quem fala?*

O primeiro dos pontos diz respeito ao nome do autor, o segundo, às formas de apropriação, o terceiro trata da relação de atribuição e por fim a posição autor. A conferência é iniciada a partir da retomada da obra *As palavras e as coisas* (2007), pois ao usar os nomes de autores como Marx, Darwin, Buffon há, de imediato, uma espécie de localização do lugar discursivo desses autores, ou seja, um conjunto de saberes que constituem o nome do autor é justamente nesse contexto que Foucault aponta para o processo de individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, e também na história da filosofia, e das ciências (p.271).

E para debater a questão do autor, Foucault utiliza-se de um enunciado de Beckett “Que importa quem fala, alguém disse que importa quem fala”. O enunciado sustenta a proposição foucaultiana de que o ato de escrever é uma forma de inscrição na história que a organização do próprio ato de escrever – por ser infinitamente – constituído por aquilo que lhe é exterior, não pode materializar apenas um sujeito como autor, pois *na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever; não se trata da amarração de um sujeito em uma linguagem; trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer* (p.272).

E é justamente nessa relação de morte do autor que ele usa como mote para discutir o que é a obra. É na discussão sobre o que é obra é que há uma reflexão sobre como a ordem do jurídico determina o acabamento daquilo que se pode denominar obra e Foucault menciona o exemplo de Nietzsche: em uma publicação sobre o autor o que seria considerado parte de sua obra? E quando, nesse caso, a responsabilidade pela obra é determinante a ponto de tornar o autor responsável pela própria circulação da obra dentro dos círculos a ela pertencentes?

Refutando a morte do autor, Foucault envereda ainda pelo questionamento do que é a escrita e a crítica feita por ele é de que o apagamento do autor, pela existência transcendental da obra é a devolução desta para o caráter mítico, religioso e sagrado, tirando o autor o lugar de sujeito e colocando-o novamente na posição inatingível, onde o lastro do jurídico não o alcançaria, simplesmente pelo fato de que terminada a obra (com todos os recursos para fazer nela cessar as marcas de individualidade) não há nenhuma relação de pertencimento, a não ser aquela ensejada por Homero e a *Ilíada*. O que transportaria a obra para um lugar não ideológico, da moralidade e do divino.

Adiante, Foucault alude para o nome do autor. Para ele há de se distinguir duas formas de existência desse nome: a primeira é o sujeito real, aquele construído no levantamento bibliográfico: Machado de Assis, por exemplo, negro, nascido no Rio de Janeiro, autodidata, filho de família pobre. A outra forma é complexa, pois o nome do autor passa a ser associado a um conjunto de saberes, ou nas palavras do próprio Foucault, (2013, p.277) ele *exerce um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatória: tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros*. E mais adiante, ao falar do ritual necessário para certas palavras, recebidas de certos autores, Foucault (2013, p.278) diz *que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status*. E se nos voltarmos ao exemplo machadiano, encontraremos, em maior ou menor grau, uma áurea pairando sobre as palavras de seus romances – permitidos e desvelados – apenas para os iniciados. Esse rito constrói ao redor no nome do autor, não só um gesto de poder, mas também a força de verdade.

Então, a função autor está relacionada ao poder que os discursos têm: *característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade* (2013, p.278). Nesse contexto, a primeira característica da função autor é a restauração da penalidade, ou seja, a transgressão e o preço a ser pago por ela, a oposição, a identificação daquele que ousou a não concordar.

como se o autor, a partir do momento em que foi colocado no sistema de propriedade que caracteriza nossa sociedade, compensasse o status que ele recebia, reencontrando assim o velho campo bipolar do discurso, praticando sistematicamente a transgressão, restaurando o perigo de uma escrita na qual, por outro lado, garantir-se-iam os benefícios da propriedade (2013, p.279).

Não é apenas o risco. Mas a glória também. E a contradição entre as duas faces são permeadas pelo poder: as forças que tencionam os discursos, a história que determina o que é e o que não é verdade e, ainda, como em um conjunto de discurso, alguns autores podem ser

notoriamente reconhecidos – ou deixarem de ser. A credibilidade está relacionada aos saberes que esses autores mobilizam e a forma como eles mobilizam para parecer verdade.

Foucault ao mencionar São Jerônimo aponta para o eixo principal do discutirá enquanto função autor: que a função autor não é o lugar estático. É uma posição ocupada e está ligada ao modo como os sujeitos organizam dentro do sistema jurídico determinados discursos – é a contenção do dizer e que por ser atravessada sempre pela história não pode ser uniforme, não pode personificar o sujeito em autor, ou ainda, estabelecer um vínculo direto entre o autor e o sujeito, pois para Foucault, a função autor é o lugar não apenas de um sujeito, mas de várias posições sujeitos que *classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar*” (p.284).

Nesse momento que ele volta sua discussões para outra questão: a *transdiscursividade*. É uma situação interessante se constrói, pois para Foucault há dois modos de entender a relação do autor que funda, de certo modo, uma teoria, uma tradição, uma disciplina. No primeiro estão aqueles que inauguram um modo de existir do discurso – sua materialidade, como os exemplos de romances de horror, mencionados no texto, mas aqui há, como dissemos, um arranjo linguístico que permitirá que outros autores se apropriem da “forma” para criar o efeito de sentido de horror.

Entretanto, quando Foucault trata de Marx e Freud, ele os chama de *fundadores de discursividades*, pois no entorno das reflexões dos dois (e de outros da mesma natureza), há uma arquitetura discursiva que compreende muito além do que somente o que foi tratado em *O Capital*, por exemplo. Há número grande de discursos que reforçam ou refutam as teses marxistas *eles não tornaram possível um certo número de analogias, eles tornaram possível (e tanto quanto) um certo número de diferenças. Abriram o espaço para outra coisa diferente deles e que, no entanto, pertence ao que eles fundaram* (FOUCAULT, 2013, p.286).

E é justamente ao pensar a questão da instauração da discursividade é que Foucault também remeterá ao modo como os discursos instauradores são retomados: por meio de redescobertas, reatualização e retornos a..., a distinção entre os processos está na ordem do discurso, uma vez que os dois primeiros estão na retomada do próprio objeto do discurso em um contexto diferente. O retorno diz respeito ao modo como essas discursividades fundadoras são constantemente retomadas. *Para que haja o retorno, de fato, é preciso que inicialmente que tenha havido esquecimento, não o esquecimento acidental, não o encobrimento por alguma incompreensão, mas o esquecimento essencial e constitutivo* (FOUCAULT, 2013, p.288).

O enunciado do autor nos remete outra vez às regras de formação do discurso, pois ao tratar o esquecimento como constitutivo Foucault nos remete aos pontos de deriva, ou seja, aquilo que não pode ser – pois não é possível que assim o seja – controlado dentro do discurso: as dispersões dos efeitos de sentido que em um jogo de claro e escuro, fazem aparecer alguns sentidos e desaparecer outros. A retomada é uma leitura da história das ciências a partir dos apagamentos, muito se parece com o que o próprio Foucault fez com a disciplina História ou o que acontece dentro do campo teórico da Análise do Discurso que constantemente é atravessada pelo retorno e pela desconstrução desse retorno.

## A autoria coletiva nos textos do MST<sup>2</sup>

Os apontamentos feitos por Foucault (2013) mostram a dificuldade em atestar a inexistência do autor, mas também não há como ser onipresente. Os discursos organizados por um autor podem ser tratados como a materialidade específica de determinados valores ideológicos, de saberes de formações discursivas, organizados por uma figura, um sujeito que coloca-se na posição-autor.

Os movimentos feitos pela posição-autor são, como os próprios saberes de uma Formação Discursiva<sup>3</sup>, heterogêneos, assim, durante a organização daquilo que deveria ser coerente e coeso, há a deriva: uma possibilidade que – conforme o posicionamento de outros sujeitos envolvidos – pode também fazer engendrar para outros gestos interpretativos. Assim, não é possível dizer que haja homogeneidade, pois a contradição é parte constitutiva da existência dos discursos. E quanto mais forte for o posicionamento do sujeito-autor, mais será possível ver a tentativa de conter as forças antagônicas que atuam sobre os enunciados. E é como a posição-autor é construída no documento já mencionado do MST é que será o objeto de análise.

## O *nosso* dossiê

O pronome *nosso*, apesar do efeito generalizante provocado, é um pronome possessivo e como tal acrescenta *à noção de pessoa gramatical uma ideia de posse* (CUNHA; CINTRA, 2001), assim, também é indicador de como o discurso é tomado por um grupo que o organiza e modaliza de acordo como o valor ideológico determinante. No texto em questão, o **nosso** aparece em muitos momentos e a característica principal é opor-se ao discurso do capital em relação à educação, pois há uma preocupação constante em aproximar o trabalho educativo do MST com a luta, ou ainda, a construção de outros modos de resistência via educação.

Nesse contexto o **nosso** mesmo tendo o caráter de ‘nós’ já é uma marca de coletividade, entretanto, não é qualquer coletividade, mas o coletivo organizado do MST que se propõem a pensar a educação, conforme excerto abaixo:

Se pensarmos bem, estamos diante de um capítulo especial da história da educação popular em **nosso** país. Pais, professores e alunos estão construindo nestes locais uma escola diferente, uma escola orgânica à sua organização e aos processos de desenvolvimento rural propostos e implementados pela luta.

Isto é novo. Isto é, de fato, uma autêntica revolução educacional. Trata-se da revisão das formas tradicionais de fazer, de pensar e de dizer a educação do povo, demonstrando na prática quem pode e deve ser o sujeito das mudanças fundamentais para a **nostra** educação (MST, 2005, p.11, grifos nossos)

---

<sup>2</sup> Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Ao falarmos textos, a referência é o Dossiê MST escola de 2005. O documento diz respeito às diretrizes organizativas das escolas de assentamentos e acampamentos e pareceu-nos oportuno tratar do assunto, uma vez que a coletividade é o princípio de todas as atividades do MST.

<sup>3</sup> O autor discute o conceito de formação discursiva em *Arqueologia do Saber* (2010), como um conjunto de saberes organizados conforme as formas de repartição, que podem ser ocupados por um sujeito. Ocupados, nesse contexto, tem uma relação de identificação com valores de tais saberes das FDs. Assim, o sujeito se constitui enquanto sujeito ao assumir esse ‘lugar’ dentro de determinada Formação discursiva.

Se observarmos o **nosso** nas duas passagens é possível estabelecer diferentes lugares discursivos: o primeiro ainda relacionado ao contexto de produção sobre o que é educação do campo – relacionado aos pressupostos da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação<sup>4</sup> (LDB) que, a despeito de todo o problema educacional enfrentado pelo campesinato, limitou-se, apenas, em marcar o rural como existente (o que ocorre também em outros documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs, por exemplo) e o segundo lugar discursivo diz respeito ao modo como o MST faz educação, trazendo, então, para o interior do enunciado a negação legal de uma educação do campo que, de fato, pense o sujeito em sua integralidade, de forma universal, sem perder o vínculo com o campo.

E nesse momento retomamos os ditos de Orlandi (1996) que, em um percurso teórico distinto da proposição de fundação da discursividade de Foucault (2013), ou seja, o autor como arranjador - no sentido de agrupar os discursos e torná-los uno, coerente - aponta o sujeito como aquele que organiza o discurso, mas que ao mesmo tempo é constantemente atravessado pela história, pela ideologia, pelas condições de produção:

Nossa proposta é, então, a de colocar a função (discursiva) autor junto às outras e na ordem (hierarquia) estabelecida: locutor, enunciador e autor. Nessa ordem, teríamos uma variedade de funções que vão em direção ao social. Dessa forma, esta última, a de autor, é aquela (em nossa concepção) em que o sujeito está mais afetado pelo contato com o social e suas coerções. Diríamos que o autor é a função que o *eu* assume enquanto produtor de linguagem. Sendo a dimensão discursiva do sujeito que está mais determinada pela relação com a exterioridade (contexto sócio-histórico), ela está mais submetida às regras das instituições. Nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares (ORLANDI, 1996, p.77)

Se nos detivermos aos escritos do Dossiê, observaremos que há do ponto de vista do discurso, uma tentativa, por meio da autoria coletiva de fundar uma discursividade, como é possível observar em várias passagens do documento.

Nossa proposta de educação está sendo construída por meio da cooperação. Crianças, professores, lideranças, o conjunto dos assentados e acampados que começam a discutir e fazer uma *escola diferente. Uma escola do nosso jeito, que nos ajude a enfrentar os problemas do dia-a-dia*<sup>5</sup>. (DOSSIÊ, 2005, p.37)

Entretanto, todos os elementos ideológicos ali presentes convergem para duas situações: a do constante atravessamento do interdiscurso e assim da memória de outros lugares ideológicos (princípios organizativos da escola convencional, metodologia de escolas comunistas, etc.) e isso leva ao segundo ponto: a contradição - todas as tentativas de, disciplinarmente, conter tanto os

---

<sup>4</sup> No que se refere à educação do campo a única menção feita pela LDB/1996 é no Art. 28 Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:  
I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;  
II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;  
III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

<sup>5</sup> Grifo nosso.

conflitos internos ao próprio movimento, como as relações entre o movimento e as instâncias burocráticas que são responsáveis por *autorizar* o funcionamento das escolas do MST.<sup>6</sup>

Os enunciados abaixo são parte da seção **Como deve ser uma escola de assentamento** e materializam de forma adequada o que estamos a tratar.

[...]

Diretores nomeados de fora podem ter poder legal, mas não têm poder legítimo dentro de uma comunidade organizada.

[...]

O professor tem que ser militante. É papel do professor assumir a coordenação pedagógica da implementação desta proposta de educação nos Assentamentos. E para cumprir tarefa tão importante não pode ser qualquer professor. *Canudo não basta*. Discurso também não basta. É preciso militância. (DOSSIÊ, 2009, págs. 41 e 48)

E retomando os ditos do Pêcheux (1997) é, justamente, onde há a deriva é que também observamos o trabalho da autoria, pois

Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação (p.53).

No enunciado *canudo não basta*, há muito mais em questão do que simplesmente a formação do professor que irá trabalhar em sala de aula. O mesmo ocorre com o enunciado seguinte de que *discurso também não*. Há um outro a quem é dirigido o discurso que não diz respeito, necessariamente, aos partícipes dos coletivos de educação para quem o dossiê é endereçado<sup>7</sup>. A própria tentativa do Estado em gerir as escolas do movimento, em querer destinar professores, determinar o modo de organização. Mas também não basta a identificação com a proposta do MST é preciso que o professor/a se identifique plenamente enquanto sujeito aos saberes da formação discursiva do MST e seja militante

E é esse outro que constitui os pontos de deriva no dossiê: pois continuamente os autores do texto retomam essas outras FDS a fim de negá-las, de contradizê-las e, ao fazê-lo, também trazem para o interior do discurso educacional do MST o discurso (e os valores ideológicos) sobre a educação no Brasil. É a inscrição desses enunciados da educação brasileira em contraponto com a educação do MST, pois ao repeti-los, o sujeito organiza e reorganiza tais formulações em um jogo de mostrar e apagar, de negar, de silenciar. Nesse contexto, também é

---

<sup>6</sup> A relação, ao menos no Estado do Paraná, entre a Secretaria Estadual de Educação e o MST é conflitante, pois as escolas de assentamento e acampamento são mantidas pelo Estado, mas o modo de organização, definição das metodologias, de parte dos conteúdos (já que também precisam seguir as diretrizes estaduais) são do MST. Para compor o quadro de profissionais, especialmente, os destinados para as séries iniciais, o movimento conseguiu recursos federais e pressionar a Secretaria de Ensino Superior que autorizou o funcionamento de cursos para a formação de Educadores do Campo e Pedagogia da Terra. O Curso de Educadores do campo funciona na Universidade Estadual do Oeste do Paraná e na Universidade Estadual de Maringá. Todos funcionam de acordo com o regime de alternância e têm acompanhamento político e pedagógico do MST.

<sup>7</sup> A partir da gestão do governador Roberto Requião, passou a existir dentro da Secretaria de Estado de Educação uma pasta especial direcionada à Educação do Campo. Ela foi, inclusive, responsável pela publicação e distribuição do Dossiê. Durante o período de 08 anos de gestão do referido governador, os educadores nas escolas do campo eram, preferencialmente, militantes. Entretanto, com a mudança da gestão, a pasta foi dissolvida e na maior parte das escolas convivem educadores militantes com não militantes.

possível dizer que, nos aproximando dos dizeres de Orlandi (1996, p.70), a autoria nos textos do Movimento dos trabalhadores Sem Terra tem sua inscrição na história e, por tal motivo, podem ser interpretados, mas não de forma inaugural e sim articulando os sentidos existentes, reformulando dizeres, retomando metodologias como, por exemplo, a da Escola de Comuna<sup>8</sup> – não diretamente mencionada, mas que serve de pano de fundo para a questão da Escola para o Trabalho.

Assim é possível observamos que todo o arranjo feito na autoria do nos leva a outra proposição de Orlandi (1993) de que nos textos *é construída uma ilusão (ideológica) de que o sujeito é a fonte do que diz, quando, na verdade ele retoma sentidos preexistentes e inscritos em formações discursivas determinadas* (p.77)

E ao inscrever-se nessas formações discursivas determinadas o sujeito – em seu lugar de autor – tenta incessantemente – conter também os sentidos produzidos por seus enunciados, evitando a todo custo os lugares de dispersão, sem saber que, ao lançar o texto para o gesto interpretativo, é justamente na dispersão que o sentido será arquitetado.

### Considerações finais

A compreensão de que o autor não é o sujeito real, mas uma posição a ser tomada pelo na tentativa de construir um lugar de relativa estabilidade em que o horizonte social e suas coerções também são fundamentais para o processo de autoria que, nesse caso é uma tentativa de conter, de agrupar em um percurso do dizer os saberes de uma Formação Essa condição é condição fundamental para compreender que o sujeito é, na prática, dividido por estar imerso em um conjunto de saberes. E a falta de unidade é o que provoca o deslize, a ambiguidade e a contradição. Assim o Dossiê do MST (2005) materializa a autoria coletiva como um lugar ideológico, ou seja, não é possível a individualidade, o sujeito participante do Movimento e, por ser militante, não pode ser entendido como um autor apenas. Assim, a voz que ouvimos, interpretamos, analisamos no referido documento é aquela mesma que organiza as lutas, as ocupações, a voz que não existe se não for a da coletividade, dessa forma, o **nosso** tão presente é sempre uma retomada do coletivo, da luta, da história e da memória do próprio movimento.

Assim, a autoria no documento é profundamente marcada por essa Formação Discursiva do MST que, por não ser homogênea, também remete a outros lugares discursivos, evidenciando o caráter movediço da língua quando se tornam materiais é que os discursos se organizam em torno de um saber dominante, fazendo com que a função-autor, revele não apenas as coerções sociais que sofre enquanto “ocupa” tal função, mas também quais são os valores ideológicos que pretendem ser unos, criando, assim o *efeito texto* (INDURSKY, 2001, p.35) e o efeito de fechamento – como se os sentidos estivessem, enfim, estabilizados, muito embora, esse efeito não seja permanente, já que a própria condição coletiva de autoria indica uma das modalidades de cerceamento do dizer dentro do Movimento: a forma, como sintaticamente, os sujeitos devem se inscrever no discurso. Nesse sentido, a posição sujeito e a questão da autoria se desdobram de forma dialética: a tentativa de fechamento de sentidos é também o lugar da deriva e da multiplicidade interpretativa.

---

<sup>8</sup>A trajetória do modelo proposto por Makarenko é tratada no livro O Poema Pedagógico e conta como um local destinado a reunir menores infratores se torna modelo de educação.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL, *Lei 9394* de 20 de dezembro de 1996. Artigo 28. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) acesso em janeiro de 2014.
- CUNHA, C. CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 6 ed. Lexikon Editorial: RJ, 2013.
- FOUCAULT, M. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Organização e Seleção de Manual de Barros da Motta. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. 3 ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013 (Coleção Ditos e Escritos III).
- \_\_\_\_\_. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- INDURSKY, Freda. Da Heterogeneidade do discurso à Heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In. PEREIRA E., FUNCK, A. E BORNÉO, S. *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educad, 2001.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. *Dossiê MST na Escola: documentos e estudos 1990-2001*. Veranópolis, RS: ITERRA, 2005.
- MITTMANN, Solange. *Interpretação e Autoria*. Disciplina do Programa de Pós-graduação em Letras, da linha Estudos do Texto e do Discurso da Universidade Federal de Porto Alegre. Porto Alegre, RS, 2013;
- ORLANDI, E.P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, Campinas, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Autoria e interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes Editores: 2011.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi et all. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

*Recebido em 04/11/2015. Aprovado em 22/12/2015.*